

Modelos de reciprocidade nos novos coletivos de ação

Modelos de reciprocidad en los nuevos colectivos de acción

Models of reciprocity in the new action collectives

Luiz Inácio Germany Gaiger*

gaiger@unisin.br

Resumo: O propósito desse artigo é trazer alguns resultados de um projeto de pesquisa, de envergadura internacional, sobre os coletivos de ação que se disseminaram em vários países a partir de 2010, conformando um novo estilo de ativismo social. Após caracterizar brevemente os coletivos, referindo-se à literatura recente, o trabalho se detém no exame dos padrões de reciprocidade encontrados nos coletivos. O conceito de reciprocidade provém das elaborações seminais de Karl Polanyi e Marcel Mauss, sendo entendido como um princípio de sentido vinculante, cultivado entre pessoas e grupos estruturalmente simétricos, e como um dispositivo de contribuições e retribuições sucessivas que materializa aquele princípio. Com esse enfoque, são apresentados cinco modelos de coletivos, decorrentes de revisão bibliográfica, de análise documental e de pesquisas de campo, realizadas em alguns países, ao Sul e ao Norte globais

Palavras-chaves: ativismos, coletivos, reciprocidade

Resumen: El propósito de este artículo es presentar algunos resultados de un proyecto de investigación, de alcance internacional, sobre los colectivos de acción que se han multiplicado en varios países desde 2010, configurando así un nuevo estilo de activismo social. Luego de caracterizar brevemente a los colectivos, haciendo referencia a la literatura reciente, el trabajo se detiene en examinar los patrones de reciprocidad encontrados en los colectivos. El concepto de reciprocidad proviene de los trabajos seminales de Karl Polanyi y Marcel Mauss, siendo entendido como un principio de sentido vinculante, cultivado entre personas y grupos estructuralmente simétricos, y como un dispositivo de contribuciones y retribuciones sucesivas que materializan dicho principio. Con este enfoque, se presentan cinco modelos de colectivos, resultantes de revisión bibliográfica, de análisis documental e de investigación de campo, realizada en algunos países, al Sur y al Norte global

Palabras claves: activismos, colectivos, reciprocidades



Otra Economía, vol. 16, n.29, 249-270 - enero/junio 2023 - ISSN 1851-4715 - Recibido: 100/10/2022 - Aceptado: 23/05/2023

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Gaiger, L. I. G. (2023). Modelos de reciprocidade nos novos coletivos de ação. *Otra Economía*, 16(29), 249-270

* Profesor emérito, colaborador voluntário de pesquisa en la Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0241-7064>

Abstract: The purpose of this article is to present some outcomes of an international research project on the new collectives of action that have spread in several countries since 2010, shaping a new style of social activism. After briefly characterizing the collectives, referring to recent literature, the paper examines the patterns of reciprocity found in the collectives. The concept of reciprocity comes from the seminal works of Karl Polanyi and Marcel Mauss, thus being understood as a binding meaning principle, cultivated between structurally symmetrical individuals and groups, and as a device of successive contributions and retributions that materialize that principle. With this focus, five models of collectives are presented, on the basis of a bibliographic review, document analysis and field research, carried out in some countries, in the global South and North.

Keywords: activism, collectives, reciprocity

Introdução

Esse artigo alinha-se e dá continuidade a um trabalho anterior, publicado nessa revista (Gaiger, 2020), sobre o papel estruturante da reciprocidade na dinâmica dos *coletivos*, uma forma de atuação social que se expandiu nas últimas duas décadas, popularizando essa designação entre ativistas e estudiosos (Perez e Silva Filho, 2017; Thibes *et al.*, 2020). A discussão sobre o conceito de reciprocidade e sua presença ao longo da história, em particular no tocante ao cooperativismo e à economia social e solidária, foi objeto de trabalho posterior (Gaiger, 2021). O que se pretende nas páginas seguintes é trazer alguns resultados de uma investigação em curso sobre o binômico coletivos / reciprocidade, por meio de uma tipologia construída a partir da análise dos fluxos pelos quais a reciprocidade dá sentido e sustentação aos coletivos, e a bem dizer também a seus protagonistas.¹

Dada a compreensível limitação do espaço aqui disponível, apenas esclarecemos sucintamente que o nosso foco são as diversas iniciativas coletivas de auto-organização da vida comum que se multiplicam na atualidade nos mais diferentes lugares, ao Sul e ao Norte. Seus focos de atuação variam e se combinam, abrangendo questões como ecossustentabilidade, feminismo, proteção de territórios, combate à gentrificação, anticonsumismo, internet e tecnologias abertas, direitos, autonomia e várias outras. Eles se situam na esteira das grandes mobilizações sociais havidas a partir de 2010 (Pleyers, 2018). Sua peculiaridade é o fato de se constituírem em pequenos grupos, ou em todo o caso reunindo pessoas que se conhecem e interagem, para atuarem localmente por meio de algum projeto tangível, com resultados efetivos. Ao mesmo tempo, eles incidem no debate público por meio de ações de sensibilização e de conexões com movimentos sociais e mobilizações, a exemplo do ocorrido no pós-2008, particularmente em 2011. Sua atuação é simultaneamente local e global, com a peculiaridade de também assegurar e valorizar a experiência pessoal dos ativistas, as transformações trazidas por suas vivências, a coerência que logram estabelecer entre o que são e o que desejam para a sociedade. Assim fazendo, os coletivos revitalizam valores e práticas de autogestão comunal, efetiva ou imaginativamente conectando-se a organizações associativas e a comunidades assentes em territórios, de longa história, ou produzindo fenômenos recentes como as comunidades intencionais, formadas com a intenção de materializar projetos idealizados previamente por seus protagonistas.

No que diz respeito à questão explorada nesse artigo, cabe dizer que nossa hipótese de trabalho conduz a verificar o quanto, e de que formas, o traço singular e basilar dos coletivos repousa em um princípio

¹ A pesquisa à raiz desse artigo conta com o apoio financeiro do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil.

latente de organização e ação conjunta, designado de reciprocidade, cujo modo de funcionamento engloba e sobredetermina o que se constituiu modernamente e se convencionou chamar de esfera econômica. Esse princípio desenvolve-se com base no reconhecimento mútuo, em um espírito de aliança e por meio de retribuições consecutivas entre indivíduos e grupos (Gaiger, 2016: 102-113). Sua conceptualização e designação, como reciprocidade, provém da obra de autores seminais como Marcel Mauss (2003) e Karl Polanyi (1977; 2000), secundados pela escola antiutilitarista de ciências sociais, com destaque a autores contemporâneos como Alain Caillé (2000) e Jacques Godbout (1999). Já tivemos a ocasião de argumentar longamente quanto à visão decorrente de tais enfoques: diante dos impasses incontornáveis de nossa civilização, o sentido histórico das alternativas solidárias, incluindo os coletivos, reside no papel propulsor assumido pela reciprocidade e na sua capacidade de instaurar experiências sociais de natureza metautilitarista, para além da economia e da sociedade de mercado (Gaiger, 2016).

A reciprocidade não se resume a essas experiências, uma vez que permeia inúmeros gestos e formas de sociabilidade, além de estar claramente instituída em sistemas de vida de segmentos sociais expressivos, como os camponeses, campestíndios e pobladores (Gaiger e Santos, 2017). No entanto, considerar a reciprocidade no âmbito dos coletivos de auto-organização da vida comum aporta elementos demonstrativos das suas possibilidades de orientar e sustentar formas alternativas que escapam – e até certo ponto, se contrapõem - ao domínio da sociedade de mercado e à falácia de nossos tempos que aparta a economia da vida comum (Gibson *et al.*, 2013). Desse ponto de vista, para serem virtuosas as sociedades futuras dependeriam dos laços de cooperação e de compartilhamento entre indivíduos, grupos sociais e nações. Postular nesses termos não é mais do que reconhecer o princípio humano fundamental da interdependência e sua solução pelo caminho da aliança e cooperação, delineado por Marcel Mauss (2003).

Desenvolveremos o artigo em seções dedicadas a cada um dos cinco modelos identificados como variantes estruturais da presença da reciprocidade nos coletivos. Será necessário ter em vista que a reciprocidade introduz uma racionalidade e um conjunto de práticas em dois níveis: ela é, antes de tudo, um *princípio* vinculante, que dá sentido, propicia convergências e garante a perenidade das formas coletivas de ser e estar no mundo. O mesmo princípio, em um segundo nível, se traduz em um *mecanismo* de contribuições e retribuições sucessivas entre pessoas e grupos, tal como se observa modernamente em grande parte das associações e cooperativas, nas quais as transações entre seus integrantes não cederam o passo à lógica do interesse próprio e, portanto, à ruptura e à impossibilidade da aliança.

Os modelos apresentados a seguir resultam de uma análise de coletivos em curso há dois anos, combinando fontes e métodos de pesquisa. A saber: a) identificação de repertórios e bases de dados disponíveis na internet sobre coletivos e organizações afins, para conferência inicial, seleção de casos e estudos comparativos; b) exame dos casos selecionados, via levantamento bibliográfico e consulta à documentação disponível (websites, principalmente); c) visitas locais e/ou aplicação de entrevistas a ativistas dos coletivos; d) elaboração de súmulas e aplicação de um conjunto de indicadores da presença da reciprocidade, para efeitos de aferi-la e identificar suas variantes. Ressalte-se que os coletivos citados nominalmente no artigo foram em alguns casos objeto de pesquisas anteriores, ou bem de outros estudos acadêmicos (dissertações, teses e relatórios de estágio, principalmente) ou, ainda, foram visitados localmente, no Brasil e em outros países, como se verá ao longo do texto.²

² Os colaboradores internacionais do projeto de pesquisa têm sido de grande valia para essas investigações de campo, cujo prosseguimento está previsto em 2023.

Sobre os modelos de coletivos, convém adiantar alguns esclarecimentos: a) o que os constitui e individualiza são os fluxos de reciprocidade que definem sua dinâmica, incluindo eventuais combinações com outros princípios. Para cada modelo, será apresentado um esquema de referência desse fluxo; b) os coletivos certamente podem ser diferenciados e agrupados à luz de outros critérios, resultando em tipologias correspondentes a outras questões analíticas, em paralelo ao enfoque desenvolvido aqui; c) tratando-se de uma pesquisa em andamento, os modelos poderão sofrer modificações posteriores, deixando-se desde já por assentado que eles não são absolutos, nem exatos, e que tampouco possuem qualquer caráter normativo; d) os casos empíricos trazidos à baila ilustram cada um dos modelos, esperando-se que exista um alto grau de correspondência entre uns e outros, embora sempre relativa, aproximada. Como categorias do pensamento, os modelos tendem a ser puros, a terem ressaltadas as suas especificidades, enquanto os casos empíricos encontram-se atados a circunstâncias variadas que os levam a apresentar defecções do ponto de vista dos modelos, ou combinações entre eles.

1. O modelo autogestionário

Nesse modelo, o coletivo é formado basicamente por uma categoria homogênea de membros, com direitos de propriedade idênticos, dedicação similar às atividades e envolvimento regular nas esferas de decisão e de gestão, exercida coletivamente. Casos distintos são minoritários, como assalariados externos ao quadro social ou pessoas em processo de admissão como sócias. Assim, o critério de simetria, próprio da reciprocidade, é atendido extensivamente, em regra sendo legitimado e promovido com base em princípios de equidade, democracia e solidariedade.³

Um dos coletivos exemplares é a cooperativa Univens, de Porto Alegre, uma iniciativa de longa trajetória bem conhecida e estudada (Andrada, 2013), que se dedica à produção de peças de vestuário com uso exclusivo de matérias-primas orgânicas e mediante práticas de comércio justo (<https://justatrama.com.br/sobre-nos/>). As 25 pessoas associadas são trabalhadoras e vice-versa, inexistindo trabalhadores assalariados permanentes ou outras formas de vínculo laboral e de participação. A maior parte das associadas integra a cooperativa há muitos anos. Todas vivem no bairro, na comunidade circundante, na qual a cooperativa desponta como liderança, dando suporte a reivindicações e à realização de melhorias. A Univens favorece a visualização da reciprocidade como um mecanismo de contribuições e retribuições sucessivas e como um princípio vinculante.

Do ponto de vista do *mecanismo* de contribuições e retribuições sucessivas, se observa:

- Uma prática de colaboração e gestão coletiva em vários planos: na organização técnica do trabalho, no seu planejamento e em medidas gerais correlatas (horários, folgas, salários, liberação de pessoas para atuarem em movimentos etc.); também nas instâncias decisórias e de direção da cooperativa (na qual os cargos não são remunerados de forma especial, apenas mantendo-se os rendimentos oriundos do trabalho em situação normal).
- De um lado, as sócias dispendem ou consentem, em favor das demais. Elas colocam à disposição do coletivo: competências e tempo de trabalho; capacidade de adaptação a decisões

³ O modelo autogestionário corresponde estruturalmente a um tipo de empreendimento econômico solidário no qual a homogeneidade social e a autogestão são traços determinantes. Em artigo anterior (Gaiger, *et al.*, 2018: 154-156), foram designados de *empreendimentos alternativos autogestionários*: além das práticas de autogestão, eles funcionam com base no trabalho coletivo diuturno dos sócios e se engajam em movimentos de transformação social. Por isso, são vistos como uma referência normativa, um ideal a ser buscado no campo da Economia Solidária.

coletivas e a mudanças; participação em jornadas extras de trabalho; tempo em reuniões ordinárias e extraordinárias; renúncias a ganhos substantivamente maiores com base na produtividade individual, valendo apenas as horas trabalhadas.

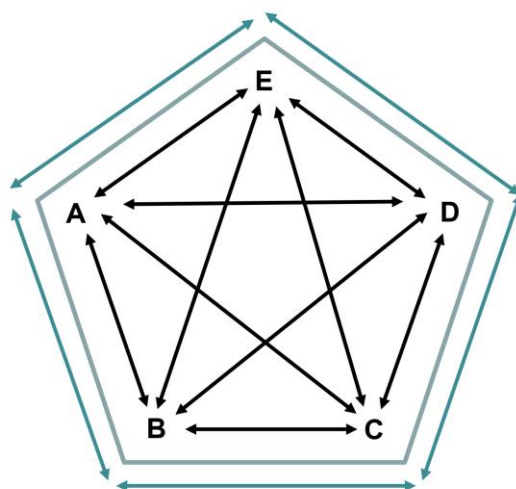
- De outro lado, todas desfrutam de: condições materiais salútares e bom ambiente no trabalho; rendimentos equitativos constantes; direito a serem ouvidas e participar das decisões; chances de assumir postos de maior responsabilidade ou direção; oportunidades de se engajar em ações sociais; coleguismo e amizade.

Do ponto de vista do *princípio* da reciprocidade, constata-se:

- Uma partilha de valores e ideais - que nesse caso se confundem com as origens e a evolução da cooperativa e da sua identidade - em seu ambiente interno e por conta de seus progressivos engajamentos na comunidade, na vida social do bairro e na vida política da cidade, ao lado de diversas lutas e movimentos sociais (feminismo, economia solidária, reciclagem, moda sustentável, educação etc.).
- Esse ativismo requer dedicação e persistência, bem como disposição e determinação para idealizar e materializar projetos sociais. Em compensação, tem-se uma gratificação moral e vivencial decorrente desses compromissos, além do usufruto das melhorias materiais conquistadas (escola, creche, urbanização, segurança no bairro etc.).

Esse modelo funciona e se dinamiza em um sistema de *reciprocidade horizontal*, entre pares (mas não binária, ou seja, sem limitar-se apenas a duas pessoas ou partes), com fluxos que vinculam cada integrante aos demais e, todos eles, ao próprio coletivo (Gardin, 2006: 48-62; Eschweiler *et al.*, 2019: 552). Os fluxos de reciprocidade desse modelo estão representados abaixo: existem relações de cooperação entre os membros do coletivo, de cada uma delas para todas as demais. Cria-se uma teia de relações, circundadas pelo coletivo enquanto tal (representado pela linha poligonal), em cujo interior aquelas relações ganham sentido e permanência. Esquemáticamente, esse sistema se aproxima da *reciprocidade em estrela*, conforme proposto por Eric Sabourin (2011a: 56):

Figura 1. Reciprocidade horizontal entre pares



Fonte: Elaboração própria (adaptado de Sabourin, 2011: 56)

O modelo autogestionário é comum em coletivos de pequeno porte. Um deles, em Porto Alegre, é o Coletivo Yapó, formado por quatro profissionais de arquitetura e engenharia, que se dedica à elaboração de projetos e à construção de edificações (casas, centros sociais ou de cultura etc.) com uso de tecnologias ecossustentáveis. Seus prisms e focos de atuação são a bioarquitetura, a permacultura, a arte e a educação. Apóia iniciativas nessas áreas e em outras causas sociais, para as quais reverte parte dos recursos recebidos pela prestação de seus serviços. A gestão interna e a prestação de serviços é coletiva, ainda que com divisões de tarefas em função dos projetos desenvolvidos, com ganhos equitativamente compartilhados. Na relação com os clientes, que considera como “interagentes”, o Yapó adota um método dialógico, da análise inicial à execução das obras, guiando-se pelo que denomina de “filosofia do bem viver” (Cfr. <https://www.yapoarq.com>).

Outro exemplo é o *Critical Art Ensemble* (CAE), coletivo fundado em 1987 na Flórida, EUA, integrado atualmente por cinco profissionais com atividades contínuas e vanguardistas no campo da arte, da estética e da informação (<http://critical-art.net/>). O foco da CAE tem sido as intersecções entre arte, teoria crítica, tecnologia e ativismo político, produzindo uma arte ao mesmo tempo hiper-crítica, política e atual. Investe contra os sistemas tecnopolíticos do pancapitalismo: “o complexo informático da comunicação e o complexo biotecnológico” (Medeiros, 2019: 106). Articulações com o ativismo tradicional (protestos, manifestos, campanhas) marcaram o CAE nos primeiros anos, mas sua vinculação a causas gerais de interesse comum permaneceu desde então por meio de uma linha de atuação definida autonomamente pelo coletivo.

O modelo autogestionário também é observável em coletivos que, ao agregarem perfis profissionais distintos, incorporam alguma divisão técnica do trabalho. Um exemplo é a cooperativa Cronópios Idiomas, de Madrid, dedicada ao ensino da língua espanhola para estrangeiros (<https://cronopiosidiomas.com/escuela-de-espanol-en-madrid/>). Integrada por treze pessoas associadas - professores, técnicos e auxiliares - que resolveram criar a sua própria empresa sem patrões e dependências externas, a escola entende que seus pontos fortes são a liberdade e envolvimento dos seus profissionais no exercício da docência, a qualidade didática e as boas relações com seu público-alvo, formado por estrangeiros temporários ou permanente no país. O coletivo está engajado em movimentos da Economia Social e Solidária, promove a inclusão de alunos de baixa renda com bolsas sociais e provisão de alojamentos baratos, além de desenvolver ações sustentáveis, via escolha de materiais recicláveis, compras de produtos e serviços no Mercado Social de Madrid, uma rede nacional que agrupa centenas de iniciativas no país.

Existem igualmente cooperativas de comercialização que admitem sócios trabalhadores e sócios consumidores, sem produzir status segmentados. Um caso demonstrativo é a *Poll'n Coop*, localizada em Louvain-la-Neuve, Bélgica (<https://polln.be>). Inaugurada em 2021, ela se apresenta como um mercado participativo de produtos locais, orgânicos, do comércio justo etc. Cada pessoa associada possui um status triplo: coproprietário, trabalhador e consumidor (além da modalidade de membro apoiador, que fica alheio às tarefas de funcionamento da cooperativa). Todas podem participar da assembleia geral, postular-se ao conselho de administração, a comitês, células de trabalho etc. A criação de vínculos e a coesão social são valorizadas: além de ações contra o desperdício de materiais e resíduos, preza-se a sociabilidade (refeições e encontros sobre temas diversos, incluindo filmes e sessões informativas). Mas o sistema de associação é peculiar: é preciso comprometer-se a prestar algumas horas mensais de trabalho na cooperativa para ser admitido no quadro social e ter o direito a comprar na cooperativa. Há um processo circular de reciprocidade: entre os associados, por meio da ajuda mútua em trabalho e, ao final, via redução dos preços que a eles chegam como consumidores; também em relação aos fornecedores, pagos de modo a valorizar os seus produtos, de sorte que assim retribuem, estimulados que estão a manter o seu fornecimento com qualidade. Isto se faz em nome e em

convergência com a visão de mundo e os propósitos da cooperativa; dizendo de outro modo, pelo sentido dado ao princípio da reciprocidade.

Há também situações intermediárias, quando os coletivos possuem em sua origem ou passam a incorporar membros situados em extratos sociais distintos - o que se reflete em suas atribuições no coletivo - ou quando existe uma segmentação do quadro associativo. *Pan dal Des* é um panifício em Udine, Itália, criado por integrantes de uma “cooperativa de comunidade” (<https://www.facebook.com/PANeFARINE/>). O grupo iniciador, após adquirir as instalações de uma antiga e tradicional padaria do bairro, realizou reformas e abriu a nova panificadora, cuja característica marcante é o uso de ingredientes naturais, agroecológicos, aliado aos cuidados na fabricação dos pães e demais produtos. Legalmente, constitui uma cooperativa de trabalho composta por sócios-financiadores (ou subventores, que doam uma subvenção à cooperativa e participam das decisões via assembleia, alguns se ocupando do planejamento e da contabilidade), de sócios-trabalhadores (que adquirem uma quota da cooperativa e tornam-se coproprietários da mesma) e de alguns trabalhadores não associados. As relações entre os participantes primam pela colaboração multilateral, mas variam conforme se deem entre os integrantes do núcleo produtor dos pães, entre ele e os gestores / apoiadores e, ainda, com os fornecedores das matérias-primas e compradores (pessoas e empresas). São importantes também as relações interpessoais e institucionais do grupo dedicado à produção e venda dos pães e os demais membros da cooperativa, que inclui agricultores, entre eles o presidente da cooperativa.

2. O modelo multinível

Nesse modelo, a estrutura dos coletivos apresenta algum nível de estratificação no quadro social e/ou dos trabalhadores, com vínculos associativos e laborais diferenciados, sendo então, em alguma medida, socialmente heterogênea e não mais plenamente simétrica, como no modelo anterior. Podem existir diversos tipos de associados (compondo uma estrutura “*multistakeholders*”), no papel de apoiadores, consumidores e gestores (via assembleias ou participações em conselhos e órgãos de administração), como também equipes subordinadas de assalariados, responsáveis pelas atividades cotidianas do coletivo. Isto resulta, variavelmente, em graus distintos de envolvimento e na coexistência de direitos políticos e econômicos (em termos de ganhos e de participação societária) dissemelhados. Mais do que autogestão, no sentido estrito do modelo anterior, têm-se modalidades de gestão democrática e participativa.

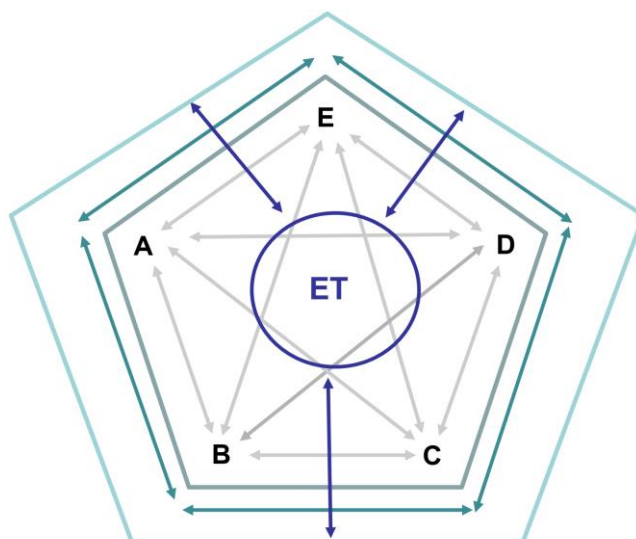
Etu'Récup é uma associação sem fins lucrativos criada em 2014, com sede e locais de atividades no campus da *Université de Bordeaux*, França (<https://eturecup.org/lassociation/>). Além da recuperação e venda de artigos usados (recebidos por meio de doações e destinadas principalmente a estudantes estrangeiros que chegam ao campus) e de uma ênfase no conserto de bicicletas e na promoção do seu uso, o coletivo desenvolve oficinas de formação e atividades de sensibilização. Além de sessenta voluntários, conta com pessoas assalariadas em sua equipe permanente, mas funciona como associação, dispondo de assembleias gerais, de um conselho de administração e outros órgãos previstos em lei. É preciso associar-se para adquirir produtos ou participar das formações, prevalecendo uma política de preços baixos e, por vezes, de gratuidade, a fim de gerar adesão e compromisso com o projeto. Diante de tipos diferentes de participantes e de envolvimento, o coletivo mantém uma dinâmica de horizontalidade e de participação aberta e constante nas tomadas de decisão.

A Associação-Instituto Arca Verde, de São Francisco de Paula, Brasil, é uma ecovila autossustentável de ativismo ecológico, direcionada à permacultura, à bioconstrução e a atividades formativas diversas (<https://www.instagram.com/institutoarcaverde/>). Fundada em 2005, a Arca Verde é um exemplo de

comunidade intencional: espacialmente, é uma pequena vila em que vivem seus membros fixos, se realizam as atividades de permacultura e bioconstrução e se oferecem formações diversas; formalmente, a Arca Verde se constitui como uma *associação* de ecologistas, responsável pela criação e funcionamento de um *instituto*, situado em local que comporta um centro de exposições e vendas, além de espaço para cursos e encontros. A filosofia do coletivo é o viver em comunidade, no trabalho, seja na gestão, nas refeições ou em momentos de formação e lazer. O pagamento pelo trabalho dos ativistas é calculado com base nas horas cumpridas, sem distinção por tarefa. Utiliza-se também uma moeda social, a *verdinha*, para trocas internas. Há quinze sócios efetivos, que moram na ecovila e tomam parte da associação, proprietária da área; existem também membros “parcialmente moradores” (sócios colaboradores) e não moradores, nesse caso compreendendo visitantes, voluntários e cursistas (Machado, 2018: 116).

Nesse modelo, as contribuições e retribuições sucessivas entre os integrantes dos coletivos configuram um sistema de *reciprocidade multilateral* (Gardin, 2006: 55-62; Eschweiler *et al.*, 2019: 552), que integra uma variedade de agentes e fica sujeita a assimetrias e desigualdades. No centro do esquema (Fig. 2), há um núcleo, designado genericamente de Equipe de Trabalho (ET), da qual e para a qual se orientam fluxos bilaterais, ligando-a ao coletivo (associados cotidianamente ativos) e, mais amplamente, a uma instância maior (uma associação nos exemplos citados, representada pelo polígono externo), integrada pelos demais participantes (apoiadores, consumidores), sem participação diuturna no coletivo, mas com poder de decisão e direitos de participação societária. A Equipe de Trabalho pode inexistir como esfera separada do coletivo, desempenhando ele mesmo essas funções e relacionando-se então com a esfera “superior” que lhe dá guarida e existência formal. Os fluxos do modelo anterior não desaparecem. Contudo, ficam sujeitos a perder a centralidade anterior. Uma relação de colaboração e trabalho entre dois associados, ou entre eles e o coletivo como tal, será sempre estruturalmente distinta da relação existente com um trabalhador não associado. Em casos assim, existirá uma assimetria objetiva, a despeito do grau de respeito mútuo e da boa-vontade com relação a esses colaboradores.⁴

Figura 2. Reciprocidade multilateral



Fonte: Elaboração própria (2022)

⁴ Conforme as legislações locais, membros do coletivo podem ter um vínculo duplo, associativo e laboral. Apenas os casos concretos demonstrarão se há diferença entre “ser um associado que também trabalha” e “ser um trabalhador que também é associado”.

As articulações entre os distintos níveis e esferas variam entre os coletivos, no mais das vezes espelhando o seu espírito democrático, igualitário e participativo. Esse é o caso do coletivo *Médor*, dedicado ao jornalismo alternativo e investigativo sobre a sociedade belga, com sede em Bruxelas (<https://medor.coop>). O coletivo, fundado em 2015, conta com um grupo permanente de mais de dez pessoas, além de uma equipe flutuante de colaboradores. A equipe de trabalho está circundada por uma cooperativa criada por iniciativa dos fundadores, hoje com 1.715 cooperados, ao lado de 2.765 colaboradores (assinantes, em geral) que recebem a revista trimestral homônima (*Médor – les yeux ouverts*), além de matérias disponíveis no website do coletivo, mediante contribuição financeira. A cooperativa tem precipuamente uma finalidade social e de engajamento político: ser leitor assinante é diferente de ser membro cooperado, que nesse caso é um gesto de adesão e apoio ao projeto. Assim, os leitores se dispõem tanto a assinarem a publicação quanto a associarem-se na cooperativa, contribuindo com a preservação do seu capital social. Assinantes e cooperados podem contribuir com voz e voto nas decisões mais importantes, apenas os segundos na condição de coproprietários da cooperativa e do magazine. Para que a dinâmica eminentemente aberta da cooperativa não comprometa o projeto do coletivo, instituiu-se um sistema bicameral, no qual as decisões da assembleia dos cooperados apenas têm efetividade com a aprovação simultânea da câmara dos fundadores da publicação.⁵

No *Médor*, pode-se visualizar as contribuições e retribuições sucessivas, próprias à reciprocidade, da seguinte forma:

- Cooperados: de um lado, contribuem por meio de quotas-parte, pelo tempo dedicado às reuniões e demais atividades da cooperativa, no exercício voluntário de cargos no Conselho de Administração, sem remuneração; de outro lado, são beneficiados com a continuidade da publicação, cuja leitura lhes agrada, pelo fato de poderem influenciar a publicação, participando dos espaços propiciados pela cooperativa, e pelo fato de desfrutarem do sentimento de contribuir com um veículo de comunicação crítico e formativo da consciência sobre os fatos de sociedade na Bélgica.
- Fundadores: de um lado, precisam garantir a qualidade profissional e a continuidade de *Médor*, necessitam manter-se abertos ao diálogo, ao debate que caracteriza a forma de gestão e de editoria (em rodízio) dos números do magazine, abrem mão de postos fixos de direção, seus salários dependem do trabalho executado e precisa ser complementado com outras fontes de renda; de outro lado, recebem apoio financeiro dos assinantes e dos cooperados, graças à cooperativa dispõem de um espaço de conexão com a sociedade, assim como do trabalho voluntário de apoiadores, mantêm o magazine de acordo com a linha editorial pretendida, são remunerados por seu trabalho e, por fim, desfrutam do sentimento de concretizar um projeto de comunicação crítico e formativo da consciência sobre os fatos de sociedade na Bélgica.
- Assinantes: de um lado, pagam pela assinatura do magazine. De outro lado, em caso de carência de renda, dispõem de um valor menor pela assinatura, contam com a regularidade e qualidade da publicação, usufruem de sua leitura, podem participar de espaços de debate através do website de *Médor* e outros espaços eventuais e, como nos demais casos, desfrutam do sentimento de contribuir com um veículo de comunicação crítico e formativo da consciência sobre os fatos de sociedade belga.

⁵ Um modelo similar foi adotado pelo coletivo de jornalismo cultural *Nonada*, de Porto Alegre: criou-se um *conselho editorial*, integrado por leitores e colaboradores, cujas decisões ou recomendações necessitam ser acatadas pelo coletivo, isto é, o grupo permanente de jornalistas que produzem os conteúdos, em suas várias formas e canais midiáticos (ver Henning, 2018).

As fórmulas variam, como vemos, pois constituem maneiras de lidar com a dialética que se instaura entre os vários integrantes dos coletivos, com motivações, graus de envolvimento e funções específicas, próprias de suas posições sociais. O que parece soldar as partes, em uma estrutura social heterogênea, é a adesão comum ao projeto do coletivo, a seu sentido, assim como o ambiente de complementaridade e cooperação reinante no âmbito de cada esfera e entre elas. A reciprocidade manifesta-se como um princípio vinculante e se materializa em um circuito de contribuições e retribuições sucessivas que refletem e alimentam expectativas e condutas de confiança e aliança.

3. O modelo de interação com o mercado

Nesse modelo, os coletivos podem ter uma estrutura interna homogênea ou heterogênea, simétrica ou com algumas assimetrias. Desse ponto de vista, enquadram-se em um dos modelos anteriores. Mas, não obstante essas variações, eles possuem um traço peculiar, decorrente do fato de estarem em relação direta e constante com pessoas ou empresas com as quais se conectam no ambiente do mercado. São coletivos que se direcionam a um público amplo, em geral anônimo (de consumidores ou usuários, que podem conduzir-se diante do coletivo de maneira instrumental), que funcionam mediante parcerias com empresas, que atuam com empreendedorismo e, por conta disso, precisam adequar-se aos parâmetros do mercado. Fazê-lo é vital para viabilizar o projeto desses coletivos, de modo a que cumpram sua missão social, consoante com o propósito de gerar impacto sobre a economia, transformando-a de dentro. Têm-se então coletivos não mercantis orientados ao mercado – o que não quer dizer *pele* mercado - nos quais o princípio de reciprocidade se mescla com o princípio do intercâmbio,⁶ configurando uma situação de *hibridismo* (Gaiger, 2016: 149).⁷ Disto resultam algumas modificações adaptativas no princípio de reciprocidade e algumas alterações substantivas no princípio de intercâmbio. Nesse modelo, pode-se dizer que os coletivos se valem do espaço aberto do mercado para disseminarem e ampliarem relações de reciprocidade, contribuindo assim para sua generalização na sociedade.

Um dos casos mais comuns são os coletivos de comercialização de gêneros alimentícios orgânicos, agroecológicos, adquiridos diretamente de produtores locais ou via cadeias de comércio justo. Alguns, por iniciativa de militantes da Economia Social e Solidária, como a Cooperativa GiraSol, fundada em 2006 em Porto Alegre (<https://coopgirasol.com.br/loja/>), ou de ativistas já empenhadas em sistemas de compras coletivas, como o *Almacén Cooperativo Juntos Compramos*, de Santiago do Chile, ativo desde 2016 (<https://juntoscompremos.cl/>). Seus websites assemelham-se a plataformas de compras online. Para eles, de fato, é uma prioridade utilizar seus meios de divulgação para atrair consumidores, enaltecendo as qualidades e o justo preço dos produtos que oferecem, sem perder de vista os valores concorrentes praticados no mercado. Quase ao mesmo tempo, porém, apresentam o projeto do coletivo que está por trás daquelas ofertas e valorizam a adesão dos clientes ao mesmo, como forma prática de engajar-se numa dinâmica de consumo consciente, cooperação e solidariedade. Com base nesses elementos, procuram fidelizar os consumidores e convidam-nos a associarem-se, não tanto pelos descontos e outras vantagens pecuniárias oferecidas aos associados, mas antes pelo gesto de passar a contribuir com uma iniciativa na mão oposta da economia do capital e da sociedade de consumo, com

⁶ O princípio do intercâmbio é típico, estruturante dos mercados. Ver a esse respeito uma apresentação sintética em Polanyi (1977: 42) e explicações mais detalhadas em Gaiger (2016: 119-129; 2021).

⁷ A combinação entre os princípios socioeconômicos em verdade é o seu estado mais comum, em particular no caso da reciprocidade (Polanyi *et al.*, 1957: 253 *et passim*). A combinação pode ocorrer também com o princípio e a lógica da redistribuição, quando o coletivo depende em boa medida de subvenções e de políticas públicas. Essa situação até o momento, não foi observada nos coletivos a ponto de configurar um modelo. Sobre os tipos e níveis de combinação, ver Gaiger (2016: 148-160).

a possibilidade de ter voz ativa e mesmo participar da direção do coletivo. Ainda que não se pressuponha algum tipo de alinhamento ideológico, haja vista a diversidade do público, uma perspectiva de enlace, de engajamento e aliança a longo prazo, se sobrepõe à utilidade imediata do intercâmbio. Valores e propósitos passam a integrar os atos de compra e venda.

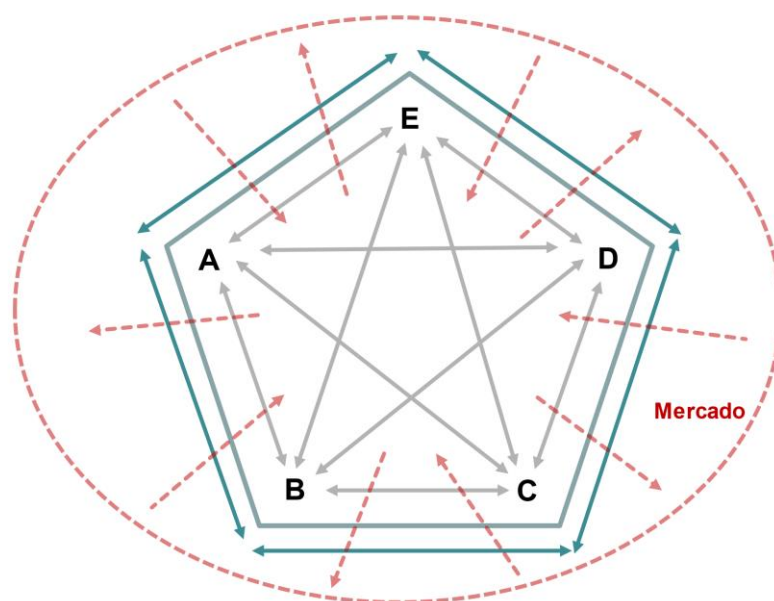
Há casos em que, ademais, se busca ir além da relação fria e impessoal típica dos negócios de mercado - mesmo quando tenham a seu favor profissionais da empatia sedutores, físicos ou virtuais. Coletivos que oferecem serviços de alimentação, como cafés, bares e restaurantes, procuram estabelecer e cultivar relações interpessoais com os clientes, valendo-se da sua inclinação, ao menos presumível, por um tipo de gastronomia e de ambiente. Em geral, se oferecem cardápios com base em produtos *bio* (orgânicos, agroecológicos), locais (de cadeias curtas), artesanais (valorizando o trabalho), a que se somam programações sociais e culturais variadas, boa parte delas voluntárias, a baixo custo. O Restaurante Aurora, aberto em 2016, em Porto Alegre (<https://www.facebook.com/auroraantiespecista>), declara-se antiespecista e propõe refeições veganas, exclusivamente; o café e restaurante *Altérez-vous*, de Louvain-la-Neuve, Bélgica, inaugurado em 2009 (<https://www.alterezvous.be/>), oferece um leque variado de opções vegetarianas, ao lado de bebidas artesanais, atividades culturais que vão de jogos à aprendizagem de idiomas, e muita música.

Para que funcione em ambientes dominados por regras e hábitos de mercado, sem desvirtuar-se, a reciprocidade precisa demonstrar capacidade de adaptação à prevalência de interesses individuais, autorreferenciados e por vezes díspares, à diversidade social e à pluralidade econômica, na qual predomina uma racionalidade de negócios. O coletivo *El Rastro Solidário*, de Valência, Espanha, demonstra como é possível inovar através de parcerias com agentes de mercado, oferecendo-se como moeda de troca a oportunidade de contribuir para o bem comum, por meio de um esquema colaborativo cuja gestão é feita com transparência e cujos resultados tangíveis, demonstrativos da sua rentabilidade social, promovem um ambiente de confiança mútua. Associação ativa desde 2011, com apenas quatro pessoas, *El Rastro Solidário* tem como foco principal a coleta e reaproveitamento de um resíduo poluente, o óleo de cozinha de estabelecimentos profissionais e comerciais, destinando-o à produção de biodiesel por empresas certificadas (<https://rastrosolidario.org/>). O óleo descartável é doado gratuitamente pelas empresas que o utilizam para *El Rastro Solidário*, que garante a sua coleta por outras empresas, as quais por sua vez o revendem a fabricantes de biodiesel. *El Rastro Solidário* recebe o valor acertado pelo óleo recolhido, do qual destina 70% para ONGs previamente avaliadas e certificadas, respeitando-se as preferências das empresas doadoras, que assim financiam uma gama muito variada de projetos sociais. Os 30% restantes são usados pela associação para garantir o seu funcionamento, manter o sistema de entregas e desenvolver iniciativas sociais próprias (como assistência e educação de crianças portadoras de necessidades especiais), além do selo *Aceite Solidario* e outras formas de reconhecimento e valorização das empresas participantes. Hoje amplamente disseminada no país, a iniciativa vincula-se a propósitos de inclusão social, de responsabilidade ambiental, de consumo responsável e de ética social.

Essa estratégia inovadora promove com inteligência a substituição de uma relação mercantil anterior, entre fornecedores de óleo de cozinha e fabricantes de biodiesel, por um processo colaborativo de criação de valor social, graças precisamente à convergência de interesses lograda entre aqueles atores. Abre-se mão do intercâmbio em favor de um sistema mais complexo, com vistas a objetivos comuns de fazer o bem às pessoas atendidas pelas ONGs e de contribuir com a sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista dos fluxos de reciprocidade, pode-se visualizar as seguintes contribuições e retribuições sucessivas, de parte a parte:

- Fornecedores: de um lado, abrem mão do valor do óleo fornecido e ficam impedidos de barganhar preços em função de oscilações do mercado; de outro lado, têm garantida a coleta pontual e correta do óleo pelos compradores, da mesma forma que seu uso exclusivamente para a produção de biodiesel; recebem um selo e outras formas de reconhecimento; fazem jus a certificados fiscais das doações, descontáveis tributariamente; desfrutam do sentimento de contribuírem com a realização das ações sociais pelas ONGs e com a proteção do meio ambiente, dentro do conceito de Responsabilidade Social Corporativa.
- Compradores: de um lado, precisam garantir a coleta pontual e adequada do óleo e ficam também impedidos de barganhar preços em função de oscilações do mercado; precisam garantir a destinação do óleo exclusivamente para a produção de biodiesel; de outro, têm garantido o fornecimento do óleo pelos fornecedores, recebem um selo e outras formas de reconhecimento e desfrutam do sentimento de contribuírem com a realização das ações sociais pelas ONGs, dentro do conceito de Responsabilidade Social Corporativa.
- ONGs: de um lado, precisam honrar sua missão social e prestar contas do uso dos recursos recebidos; de outro, recebem recursos para cumprir a sua missão social e desfrutam de credenciamento e reconhecimento.
- *El Rastro Solidário*: de um lado, precisa exercer diligentemente suas funções e garantir os fluxos e as bases do credenciamento e controle das ONGs beneficiárias; mantém-se a par da legislação e obtém todas as autorizações necessárias ao exercício de suas funções; repassa 70% do que recebe pelo óleo às ONGs; sonda e contrata novos parceiros; de outro lado, reserva a si 30% do que recebe, para seu funcionamento e demais ações; desfruta do sentimento de contribuir com a preservação ambiental e com as ações sociais das ONGs; materializa o propósito solidário constitutivo de sua missão.

As contribuições e retribuições sucessivas entre os participantes das iniciativas promovidas pelos coletivos desse modelo configuram um caso de *reciprocidade híbrida*, na qual se articulam o princípio de reciprocidade, próprio dos coletivos, com o princípio do intercâmbio, característico do ambiente econômico circundante. Essa combinação pode acarretar dilemas e situações contraditórias, em razão das imprevisibilidades da lógica utilitária (Gaiger, 2016: 34-51) prevalente no mercado, do seu pragmatismo imanente ou de sua irracionalidade sistêmica (Sen, 1977), entre outros fatores. Pode também dar mais afetividade aos projetos dos coletivos, graças ao realismo do mercado, ou em contrapartida disso “humanizar” os agentes e as relações de troca, retirando-os da redoma autotélica do interesse próprio e inserindo-os em uma “economia com propósito”, como se usa dizer. O predomínio de uma lógica ou de outra dependerá das circunstâncias. Até o momento, ao menos, não se veem coletivos com propensões sistemáticas à barganha e ao oportunismo, ou que desconsideram os fatores humanos e éticos implicados nas transações, fatos que seriam frontalmente contrários ao espírito da reciprocidade.

Figura 3. Reciprocidade combinada ao intercâmbio

Fonte: Elaboração própria (2022)

Algumas situações nesse modelo denotam a presença decisiva de um personagem peculiar na alavancagem e na condução dos coletivos: o empreendedor social. São pioneiros que iniciaram o projeto coletivo por sua conta e risco, agregando outros ativistas, ou mantêm-se em clara posição de liderança, demonstrando competências e, sobretudo, persistência e desprendimento. Com frequência, essas pessoas ganharam experiência no meio empresarial, a um dado momento aportaram recursos financeiros consideráveis para o projeto (próprios ou por captação no mercado ou no setor público, graças à sua expertise) e possuem um status particular no coletivo (como dirigentes permanentes, acionistas principais etc.). Isto causa uma centralização dos fluxos em direção a elas e influi na orientação e dinâmica do coletivo, beneficiado por vezes com uma visão de médio e longo prazo, aberta a inovações e a mudanças de rota.

4. O modelo de base comunitária

Os coletivos desse modelo ganham forma no interior de uma comunidade preexistente, de base territorial e geralmente com identidade étnico-racial. Nesse ambiente, eles encontram sua razão de ser, se desenvolvem e podem converter-se em agentes de transformação. Seu suporte humano e material assenta-se primordialmente na solidariedade familiar e em diversas formas costumeiras de ajuda mútua, da reciprocidade binária simétrica (entre duas famílias) a formas de reciprocidade mais amplas, que propiciam o compartilhamento e o manejo de recursos comuns (Sabourin, 2011a: 156). Os coletivos tanto podem envolver algumas pessoas e uma parte da comunidade quanto confundirem-se com ela, havendo ainda o caso das comunidades intencionais, como as ecovilas, criadas para levar à frente projetos coletivos previamente idealizados. Uma diferença em relação ao modelo multinível é que agora existe uma unidade englobante, encompassadora, que amalgama os subgrupos e iniciativas internas e marca uma linha divisória com o mundo exterior. Nesse ambiente, as formas de solidariedade e as lógicas socioeconômicas de caráter familiar ou comunitário tendem a interseccionar-se. Desta vez, ocorre uma fusão entre o princípio da reciprocidade e o princípio da *domesticidade* (Polanyi, 2000),

típico de grupos relativamente autárquicos, como a família, nos quais predominam relações de *comensalidade*, constituída por vínculos hierarquizados cuja força de integração tende a diluir as individualidades (Razeto, 1990: 92-98; Gaiger, 2016: 93-102). Aspirações igualitárias muito comuns nos coletivos, especialmente quando sua dinâmica interna é de reciprocidade horizontal, podem entrar em choque com as formas tradicionais de solidariedade e provocar mutações progressivas na vida comunitária.

Um caso notório de metamorfose ocorreu na comunidade Enseada da Baleia (hoje, Nova Enseada - <https://www.facebook.com/novaenseada.Ilhadocardoso>), situada na Ilha do Cardoso, um parque estadual com várias unidades de conservação, no litoral sul do Estado de São Paulo, Brasil. Essa comunidade caiçara vive da pesca artesanal e de atividades mais recentes, como o artesanato (de roupas e objetos feitos com materiais recicláveis) e o turismo de base comunitária. Está fortemente articulada com movimentos sociais em suas lutas pela proteção ambiental da região, sempre ameaçada, e na epopeia que resultou em seu assentamento em uma nova área, motivado pelo seccionamento da longa península em que estava instalada há 175 anos, devido ao avanço do mar. A comunidade, com cerca de vinte pessoas oriundas do mesmo tronco familiar e com forte enraizamento no território, preserva sistemas de mutirão, ajuda mútua e sociabilidade.

A partir de 2010, inovações foram tendo lugar com a fundação do Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE), um coletivo com atuação crescente na diversificação das atividades econômicas e na proteção da comunidade, em substituição à liderança ancestral anterior, falecida anos antes. As ações do MAE seguem os valores e princípios da economia solidária, em sua missão de lutar pela igualdade social, o fortalecimento feminino e o direito ao reconhecimento dos povos tradicionais. Estão integradas a sistemas cooperativos de comercialização e a iniciativas de apoio a terceiros - caso das populações atingidas drasticamente pela pandemia do Coronavírus (Nabhan, 2021). Em plano de fundo, essa trajetória indica uma transição da comunidade tradicional para uma comunidade cidadã, de iguais, lastreada em relações de reciprocidade horizontal. Um caso de “feminismo comunitário” que “parte da comunidade como princípio incluyente da vida’ ao invés de basear-se na igualdade e diferença entre homens e mulheres” (Paredes, 2014, *in* Yamaoka *et al.*, 2019: 160).

Outras comunidades também se munem de um instrumento coletivo para sua defesa, mesmo sendo maiores e menos homogêneas. Numa das praias turísticas mais incensadas de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, foi criada em 2013 a Associação Bonete Sempre, para garantir os direitos e interesses da comunidade caiçara local, formada por pescadores artesanais, artesãos e prestadores de serviços turísticos. Para isso, era necessário aliar ações de resistência a ameaças de expropriação territorial com a representação da comunidade diante dos poderes públicos da ilha. Uma postagem em suas redes sociais, em 2019, é esclarecedora:

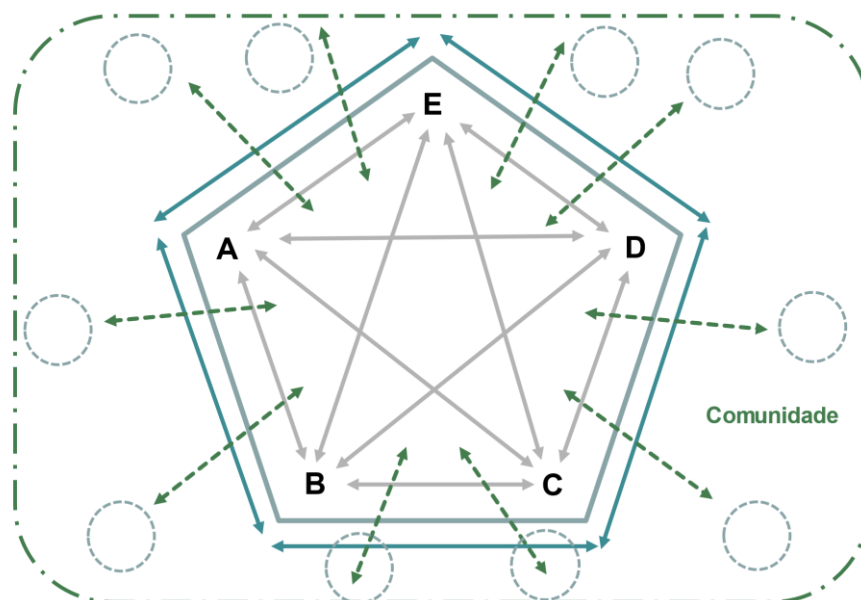
A Associação Bonete Sempre está voltando com tudo, com uma nova formação e um time abençoado e muito forte, formado pelos Boneteiros (as), liderados pelo presidente, o grande Pescador Marcelo, e o vice presidente, Feijão, que dispensa apresentações, com o objetivo sempre de buscar melhorias, benfeitorias e a busca de soluções para os principais problemas socioambientais que sempre enfrentamos.

O grupo foi selecionado com membros de diferentes gerações, atividades profissionais e pessoais para formar uma composição que envolve a tradição e a modernidade, com o conhecimento de novas tecnologias e o contatos com as redes sociais, sem perder o principal: o vínculo com a Tradição Caiçara, seus conhecimentos, saberes, patrimônios, bens materiais e imateriais, culturais, históricos e naturais (<https://www.facebook.com/groups/123592727727290>)

Tem-se um misto de personagens, dispositivos, formatos e propósitos. Formalizado como uma associação, esse coletivo tem-se mostrado capaz de interpretar as demandas da população local, sem perder seu enraizamento e sua legitimidade, ao mesmo tempo em que se faz ouvir pelo Estado e mantém guarda diante do setor empresarial, cujas investidas justificam o nome dado à associação: nada que desfigure a comunidade e embargue sua cultura e sua forma de vida interessa a seus moradores.

O esquema dos fluxos de reciprocidade desse modelo também espelha uma situação de *hibridismo*, desta feita com o princípio da domesticidade. A comunidade apoia-se nesse princípio de administração doméstica, especialmente no âmbito das famílias que a compõem, ao mesmo tempo que se vale de formas de reciprocidade variadas. Constitui-se assim um sistema de interações singular, no qual ambas as lógicas se complementam, sem excluir pontos de fricção, impasses e necessidades de ajustes de uma e outra.

Figura 4. Reciprocidade combinada à reciprocidade



Fonte: Elaboração própria (2022)

Concentrar a análise dos coletivos em sua estrutura de vínculos não significa focalizar aspectos secundários, em comparação com aspectos ditos econômicos aos quais se costuma dar maior importância. Sem vínculos, não há resolução consistente de carências materiais ou quaisquer outras. A dissolução dos vínculos explica situações graves de crise e desalento no mundo rural, no passado e no presente. Décadas atrás, na França, Pierre Bourdieu deu-se conta desse fenômeno de insolvência do pequeno produtor rural, de abandono e falta de perspectivas, o que conduzia o jovem camponês ao celibato forçado, à solidão e à impossibilidade de reproduzir-se socialmente (Bourdieu, 2006). Um relato inteiramente coincidente foi apresentado em Madrid, no encontro *Idearia 2022* (evento que reúne atores da Economia Alternativa e Solidária da Espanha): as iniciativas que permitem o reagrupamento dos pequenos agricultores reavivam e inovam o seu sistema de cooperação, de ajuda mútua, restabelecendo vínculos, tirando-os da condição diária de sofrerem “duros golpes”, menosprezo e desrespeito pela sociedade circundante.

O mesmo caso de celibato involuntário foi evocado na região de Urubici, no Estado de Santa Catarina, Brasil, por um dos integrantes de uma família associada à rede Acolhida na Colônia, um exemplo de reciprocidade de base comunitária (Guzzatti *et al.*, 2013) com foco na revitalização da agricultura familiar, iniciado em 1999 (<https://acolhida.com.br/>). As famílias certificadas pela associação recebem

e hospedam turistas em suas casas para que tenham uma experiência autêntica da vida no campo, com a particularidade de que os anfitriões praticam a agricultura orgânica e oferecem uma gastronomia e produtos deste gênero, além de opções de entretenimento com base no respeito e no conhecimento da natureza. Quer-se também valorizar o trabalho da mulher, os produtos e a culinária local, e a comercialização a preços justos. Em cada comunidade, as famílias constituem uma célula: elas se consorciaram na recepção dos hóspedes, nos programas ecoturísticos e na condução da associação local.⁸

5. O modelo de benevolência

Por “benevolência” entende-se aqui o fato de alguém trabalhar ou realizar atividades em favor de outras pessoas, de bom grado, sem estar obrigado a fazê-lo nem ter como propósito obter algum tipo de retribuição financeira ou material. A benevolência se efetiva na dedicação a outrem (pessoas ou não), quando a expectativa de ganho é substituída pela satisfação de ver o bem causado e sua possível retransmissão a terceiros, por iniciativa das pessoas beneficiadas. Embora os coletivos em geral manifestem de algum modo um espírito munificente e dadivoso, nem todos desenvolvem suas atividades voluntariamente, sem depender dos resultados obtidos, financeiros ou outros. A viabilidade e o êxito das atividades sempre importam, mas é sobretudo por dever moral, abnegação, que os coletivos desse quinto modelo têm lugar. Seus ativistas não trabalham para si, mas para um público externo, formado de beneficiários, seguidores etc. Eles o fazem gratuitamente porque dispõem de meios próprios para dedicarem-se ao coletivo: são pessoas com renda suficiente e tempo disponível em suas agendas, jovens ainda sem essas preocupações ou militantes sem tais facilidades, mas que compensam sua falta com altruísmo e entrega à causa que escolheram. Em contrapartida, sua atuação fica condicionada ao tempo que lhes sobra e ao momento de suas vidas em que esse engajamento é possível, criando-se uma situação de compromisso combinado com certa desobrigação.

O coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), ativo desde 2015, é uma associação ecumênica de mulheres militantes, evangélicas (<https://mulhereseig.wordpress.com/>). Dedicam-se ao acolhimento e orientação de mulheres atingidas pela violência de gênero, à produção de material educativo e a campanhas, além de outras ações de solidariedade. Empenham-se em participar do debate público mesmo em temas tabu, como os direitos reprodutivos e o aborto. Comparecem também no espaço acadêmico, publicando livros e artigos. Sua atuação, basicamente virtual, se faz em redes com coletivos e organizações afins, ao lado de articulações com setores progressistas das Igrejas. Há grupos EIG em várias cidades do Brasil, a partir do seu núcleo inicial, em São Paulo. As integrantes do EIG possuem formação superior, especialmente em teologia e ciências sociais. Sua participação no coletivo é voluntária, sem remuneração. Realizam campanhas sociais, como arrecadação de alimentos, e oferecem cursos, material didático e formações gratuitas. O EIG dá suporte a movimentos sociais, como o das mulheres negras e aqueles ligados a pautas feministas (Martins, 2015; Scapini, 2021).

Coletivos feministas são encontrados nesse modelo. A Casa Mulheres Mirabal, registrada em 2017, é uma organização de Porto Alegre administrada por militantes do Movimento Nacional de Mulheres Olga Benário, com o objetivo de acolher e abrigar mulheres vítimas de violência doméstica (<https://www.facebook.com/MulheresMirabal>). A iniciativa se mantém por meio de doações e por algumas subvenções públicas. As militantes que a dirigem são trabalhadoras com baixos rendimentos, mas atuam de forma voluntária e gratuita. Algumas mulheres abrigadas convertem-se em militantes do

⁸ O Acolhida na Colônia inspirou-se na experiência similar *Accueil Paysan*, da França, e recebeu vários prêmios, um deles utilizado para criar o *Fundo Generosidade*, que funciona através de crédito rotativo solidário.

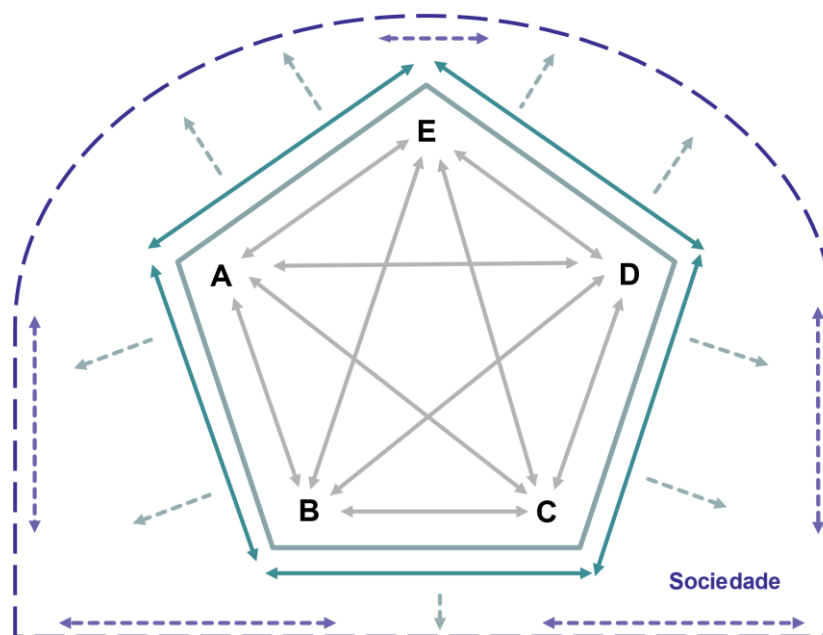
Movimento, embora na condição de abrigadas sejam beneficiárias da iniciativa, com protagonismo menor em relação às promotoras e gestonárias da Casa (Teixeira, 2022).

Por vezes, os coletivos ressentem-se das limitações inerentes ao voluntariado e à carência de recursos para diversificar e consolidar as atividades. O Coletivo Ecofeminista Pandora, de Porto Alegre, define-se como uma “organização feminista e vegana, envolvida na luta contra todos os tipos de opressão”, com o propósito de “democratizar a informação sobre gênero e sustentabilidade a fim de fortalecer a cidadania e reduzir as desigualdades” (<https://www.facebook.com/pandoraeco/>). Atua na organização de eventos, como rodas de conversas, bate-papos online sobre as temáticas de gênero, veganismo e questões ambientais, incluindo produção orgânica e agroecologia. Composto por cinco integrantes, o coletivo funciona informalmente, com base no voluntariado, embora almeje constituir-se como uma ONG, entre outras razões para participar de editais e captar recursos.

Comunidades hackers também se enquadram nesse modelo, como o coletivo *Ubuntu-fr*, uma associação de desenvolvedores e utilizadores francófonos de softwares livres, vinculados ao selo *Ubuntu*.⁹ Funciona com base em contribuições voluntárias e na atuação de seus membros em várias frentes, de forma aberta e colaborativa, especialmente por meio de um fórum participativo (<https://www.ubuntu-fr.org/>). Foi registrada na França em 2006, como entidade sem fins lucrativos, não cobrando por seus serviços e, assim, viabilizando-se pela dedicação de seus integrantes e eventuais colaboradores, além da venda de produtos alusivos ao selo Ubuntu (Blum e Ebrahimi, 2007).

Como dissemos, todos os modelos de coletivo e as formas reciprocidade contêm um sentido de gratuidade, de desprendimento dos ativistas, por padrão inexistindo a obrigatoriedade de retribuir por algo recebido, ao menos em condições e prazos estritos. No modelo de benevolência, porém, a gratuidade acentua-se à medida que o ato de contribuir, de dar, não é praticado na expectativa de retribuições na direção inversa. O que se espera é que as pessoas beneficiadas façam o mesmo por sua iniciativa e passem adiante o espírito de reciprocidade; que sejam benevolentes com outras pessoas, ampliando o circuito da reciprocidade. Do ponto de vista dos fluxos de contribuições e retribuições, tem-se uma dinâmica de *reciprocidade ternária*, que coloca em cena um número indeterminado de parceiros, com isso vindo a expandir-se e generalizar-se em várias direções (Temple, 1997). Conforme se vê no esquema, a partir da cooperação interna entre os ativistas as contribuições vão seguindo um fluxo (unidirecional, num primeiro momento) do coletivo para a sociedade. Há uma transmissão de ideias, saberes, experiências, com a expectativa de que os destinatários incorporem esses benefícios e, a seu turno, os transmitam ou apliquem a outras pessoas, criando uma cadeia aberta de compartilhamento. Em resultado, circuitos de reciprocidade vão sendo estimulados a multiplicar-se na sociedade.

⁹ O objetivo do software livre em questão é oferecer um sistema que qualquer pessoa possa utilizar sem dificuldades, independentemente de nacionalidade, nível de conhecimento ou limitações físicas, sendo aberto ao usuário e isento de qualquer taxa.

Figura 5. Reciprocidade ternária

Fonte: Elaboração própria (2022)

Para Éric Sabourin (2011b: 33), a reciprocidade ternária permite “a responsabilidade dos homens em relação ao bem-comum, ao meio ambiente ou perante as futuras gerações”. Essas práticas também “produzem uma individualização do sentimento e da consciência (Sabourin, 2011a: 55). São fatos observáveis nos coletivos, a exemplo das iniciativas de estudantes universitários.

Na *Université Catholique de Louvain*, Bélgica, existem cerca de oitenta *Kot à projet* (KAP), cada um com uma missão social idealizada e levada à prática por estudantes que se associam e passam a compartilhar um apartamento (o *kot*) como local de moradia. Conforme estudantes entrevistados, a adesão ao KAP é feita com base em propósitos de vida e, também, em amizades, afinidades e desejos de uma vida estudantil variada e divertida. Os membros do KAP vivem coletivamente e organizam tanto a vida cotidiana quanto as atividades do projeto, via deliberações conjuntas e um mínimo de burocracia. Não há questões econômico-financeiras determinantes: o KAP não precisa gerar renda ou ser viável desse ponto de vista. Assim, tem-se um ambiente de liberdade e autonomia como base da organização interna e das atividades do projeto acerca de questões como urgência climática, transição ecológica, sexualidade, relações intergeracionais ou espiritualidade (<http://kapuclouvain.be/recherchekap/>). No desenvolvimento dos seus projetos, os KAP combinam ações de sensibilização, visando à tomada de consciência dos cidadãos, com atividades demonstrativas para que cada um possa fazer a sua parte: da reforma de roupas usadas (evitando o desperdício e o consumismo) a jogos colaborativos em que equipes de estudantes imaginam uma solução concreta para questões relacionadas à economia.

A dinâmica dos KAP favorece a visualização do *mecanismo* e do *princípio* de reciprocidade. No que respeita às contribuições de cada membro aos demais, há um engajamento cotidiano na vida comunitária e no projeto. É preciso estar pronto e ativo, além de aberto a pontos de vista contrários e concorde com decisões por maioria. Cada um contribui com seu trabalho, mental e material, e por seu comportamento na vida do KAP. Do ângulo das retribuições dos demais para cada indivíduo, têm-se a convivência amigável e prazerosa, a solidariedade diante de necessidade, as novas experiências e aprendizados, além da satisfação moral com o cumprimento do projeto do KAP, eminentemente coletivo. A cada semana,

reunião e atividade realizada, os propósitos do coletivo se materializam, se afirmam e se renovam, repercutindo na vida do *kot*. O princípio e o mecanismo de reciprocidade se amalgamam, tornam-se indissociáveis. Os KAP demonstram que a reciprocidade demanda proximidade e liberdade.

Considerações finais

Os cinco modelos que apresentamos estão sujeitos a câmbios e aprimoramentos, quer pelos avanços da pesquisa, quer por novas evoluções nos estilos de ativismo em nossos dias. Alguns outros coletivos também já examinados não se encaixam nos modelos, sendo de esperar que o aparecimento de casos semelhantes justifique uma ampliação da tipologia. Ademais, há casos intermediários, ou de transição entre um modelo e outro, que não pudemos comentar. Subtipos serão pertinentes cada vez que incidirem de modo significativo nos padrões de fluxo da reciprocidade. São matérias para esse e outros projetos de investigação.

Concluindo com um comentário mais geral, deixamos os KAP como exemplificação final dos modelos porque com eles fica estampado o vivenciar da reciprocidade como um processo de retribuições sucessivas no interior de um grupo concreto, com o qual há interações quotidianas e, também, como uma partilha de valores e uma experiência de engajamento em questões da sociedade. De alguma forma, ao experimentarem a reciprocidade livremente, eles constituem um protótipo dos coletivos, prenunciam o seu espírito. Isto se deve, paradoxalmente, ao caráter transitório do engajamento dos estudantes, mas sobretudo a seu sistema de adesão livre e ao modo como ficam preservadas a liberdade e a autonomia individuais. De um modo geral, os coletivos refletem o que dizia Alain Caillé, há vários anos:

Mas o indivíduo ultra contemporâneo, desamarrado de todo apriorismo, tem um horror a toda perspectiva de dependência em relação a um aparelho. Seu engajamento somente pode efetuar-se com um objetivo único, claramente explicitado, absolutamente concreto, por um lapso de tempo determinado; em suma, se possível sem nenhum compromisso de fidelidade e de perenidade. É preciso que a ação militante aporte frutos imediatos e bem visíveis” (Caillé, 2001: 196 – tradução nossa).

Não é difícil constatar que os coletivos miram objetivos concretos, o que em última análise lhes poderia dar o caráter de *prefigurações* de situações desejáveis em sociedades futuras, coincidindo com as constatações de Viviana Asara e Kalli Giorgos (2022). Contudo, muito embora os ativistas dos coletivos se conduzam com afinco e persistência na realização de seus projetos, em certa medida preservando um sentimento de transcendência, eles não se apegam a grandes narrativas, com suas promessas utópicas e suas premonições distópicas. Tampouco são seduzidos pela ideia de crescer ou integrar grandes estruturas. O poder e os discursos de autoridade não estão em seus planos. Os coletivos demonstram que a reciprocidade, ou quiçá simplesmente a vida humana, demanda proximidade e liberdade.

Referências

Andrada, C. (2013). Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre autogestão a partir da experiência das cooperadas da Univens. *Otra Economía*, 7 (12), 45-65.

Asara, V. e Giorgos, K. (2022). The prefigurative politics of social movements and their processual production of spaces: the case of the indignados movement. *Politics and Space*, 0 (0), 1-21.

Blum, G. e Ebrahimi, M. (2007). Impact d'une culture sur les modes d'organisation dans une communauté virtuelle : une étude ethnographique de la communauté du logiciel libre Ubuntu. *Les Sciences de la gestion et la question de la liberté*. HEC-Montréal, 9-10, 220-237.

Bourdieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 83-92.

Bretas, A. (2019). Fermentando possibilidades: reflexões sobre organização e conscientização na Amada Massa (*Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Administração*). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Burtet, C. (2014). Os saberes desenvolvidos na prática em um hackerspace em Porto Alegre. (*Dissertação de Mestrado em Administração*). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Caillé, A. (2000). *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris, França: Desclée de Brouwer.

Caillé, A. (2001). La société mondiale qui vient. Em: J.-L. Laville *et al.* (Ed.). *Association, démocratie et société civile* (pp. 183-208). Paris, França: La Découverte.

Câmara, G.; Bretas, A. e Dakpogan, A.-S. (2020). Vínculos estabelecidos por pessoas em situação de rua em iniciativas econômicas de Porto Alegre, Brasil. *Psicoperspectivas*, 9 (2), 1-12.

Eschweiler, J. *et al.* (2019). The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries. *Voluntas*, 30, 549–561.

Gaiger, L. (2016). *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo, Brasil: Editora Unisinos.

Gaiger, L. (2020). A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum. Uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía*, 13 (24), 3-24.

Gaiger, L. (2021). A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. *Nova Economia*, 31 (1), 157-183.

Gaiger, L.; Ferrarini, A. e Veronese, M. (2018). O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 61, 25-55.

Gaiger, L. e Santos, A. (Orgs.) (2017). *Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências*. São Leopoldo, Brasil: Editora Unisinos.

Gardin, L. (2006). *Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'état*. Ramonville Saint-Agnes, França: Éditions Ères.

Gibson, K.; Graham, J.; Cameron, J. e Stephen, H. (2013). *Take Back the Economy: An Ethical Guide to Transforming our Communities*.

Minneapolis, EUA: University of Minnesota Press.

Godbout, J. (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Getúlio Vargas.

Guzzatti, T. *et al.* (2013). Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6 (1), 93-106.

Henning, C. (2018). Ética e worknet: a conduta de si e o trabalho de rede na longevidade do Nonada – Jornalismo Travessia (*Tese de Doutorado em Comunicação*). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Machado, M. (2018). A comunidade dos clássicos e a nova comunidade: um estudo da organização de ecovilas (*Dissertação de Mestrado em Administração*). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Martins, M. (2020). Coletivos quebrando o silêncio: mulheres feministas e evangélicas na luta contra a violência de gênero e em favor à legalização do aborto. *Simbiótica*, 7 (3), 252-278.

Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Brasil: Cosac Naify.

Medeiros, L. (2019). Critical Art Ensemble. A máquina de guerra e os arsenais antropotécnicos da revolta (*Tese de Doutorado em Ciências Sociais*).

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Nabhan, N. (2021). Dois mares que se juntam e a comunidade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada – Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP (*Dissertação de Mestrado em Geografia*). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba.

Paredes, J. (2014). *Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario*. 2ª ed. Cidade do Mexico, México: Cooperativa El Rebozo.

Perez, O. e Silva Filho, A. (2017). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11 (1), 255-294.

Pleyers, G. (2018). *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Polanyi, K. *et al.* (1957). *Trade and Markets in the Early Empires. Economies in History and Theory*. Glencoe, USA: The Free Press.

Polanyi, K. (1977). *The Livelihood of Man* (Ed. por Harry W. Pearson). New York, EUA: Academic Press.

Polanyi, K. (2000) [1944]. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

Razeto, L. (1990). *Las empresas alternativas*. Montevideo, Uruguai: Editorial Nordan-Comunidad.

Richen, N. (2015). *Presse alternative et indépendante: une voie possible et souhaitable pour le journalisme? (Relatório de Estágio do Curso de Comunicação)*. Université de Nice, Sophia Antipolis.

Sabourin, E. (2006). A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. *30º Encontro Anual da ANPOCS*, GT 23 - Sociologia Econômica. Caxambu, Brasil. Disponível em: [https://agritrop.cirad.fr > document_540629](https://agritrop.cirad.fr/document_540629).

Sabourin, E. (2011a). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, Brasil: UFRGS.

Sabourin, E. (2011b). Teoria da reciprocidade e socio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, 13 (27), 24-51.

Scapini, G. (2021). Políticas de resistência feminista: evangélicas em luta por direitos. *Revista Discente Ofícios de Clio*, 6 (11), 87-105.

Sen, A. (1977). Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. *Philosophy and Public Affairs*, 6 (4), 317-344.

Teixeira, S. (2022). A comunicação em coletivos de mulheres: organização, mobilização e formação feminista (*Dissertação de Mestrado em Comunicação*). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Temple, D. (1997). Le principe du contradictoire et les structures élémentaires de la réciprocité. *Les structures élémentaires de la réciprocité*. Recuperado de: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php>.

Temple, D. (2003). *Teoría de la reciprocidad* (2 tomos). La Paz, Bolivia: PADEP/ GTZ.

Thibes, M. *et al.* (2020). Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *Simbiótica*, 7 (3), 49-73.

Yamaoka, J. *et al.* (2019). A comunidade tradicional da enseada da baleia e a sua luta pelo território. *Guaju*, 5 (1), 138-165.